



FORÇA AÉREA

CONCURSO PÚBLICO

N.º GCMIR/5025000424/2025

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO E
LOCAÇÃO DOS MEIOS AÉREOS QUE CONSTITUEM O
DISPOSITIVO AÉREO DO DECIR DE 2025 – 2027 – HEBP**

PROGRAMA DO CONCURSO



PROGRAMA

ÍNDICE

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
ARTIGO 1.º OBJETO DO CONCURSO	3
ARTIGO 2.º ENTIDADE ADJUDICANTE	3
ARTIGO 3.º CONCORRENTES	4
ARTIGO 4.º CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO.....	4
SECÇÃO II PROPOSTAS	5
ARTIGO 5.º APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS.....	5
ARTIGO 6.º ESCLARECIMENTOS	6
ARTIGO 7.º ERROS E OMISSÕES.....	7
ARTIGO 8.º PROPOSTA	7
ARTIGO 9.º PROPOSTAS VARIANTES.....	10
SECÇÃO III LISTA DE CONCORRENTES	10
ARTIGO 10.º LISTA DE CONCORRENTES.....	10
ARTIGO 11.º CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS	11
SECÇÃO IV ADJUDICAÇÃO	11
ARTIGO 12.º ESCOLHA DO ADJUDICATÁRIO.....	11
SECÇÃO V HABILITAÇÃO.....	11
ARTIGO 13.º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	11
ARTIGO 14.º NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	13
SECÇÃO VI CAUÇÕES	14
ARTIGO 15.º CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES	14
ARTIGO 16.º CAUÇÃO PARA GARANTIA DE ADIANTAMENTOS	14
ARTIGO 17.º MODOS DE PRESTAÇÃO.....	14
ARTIGO 18.º NÃO PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO	15
SECÇÃO VII CONTRATO	15
ARTIGO 19.º ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	15
ARTIGO 20.º RECLAMAÇÕES CONTRA A MINUTA DO CONTRATO	16
ARTIGO 21.º CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO	16
SECÇÃO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS	17
ARTIGO 22.º OUTROS ENCARGOS.....	17
ARTIGO 23.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	17
ARTIGO 24.º APOIO TÉCNICO REFERENTE À PLATAFORMA ELETRÓNICA.....	17
ANEXO I MINUTA DE PROPOSTA()	18
ANEXO II MODELO DE EVIDÊNCIA DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS TÉCNICOS PELAS AERONAVES	20
ANEXO III	21
MODELO DE DECLARAÇÃO.....	21
ANEXO IV GUIA DE DEPÓSITO.....	22
ANEXO V MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA OU SEGURO CAUÇÃO	23



PROGRAMA

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O presente procedimento por concurso público, com o n.º GCMIR/5025000424/2025, tem por objeto a “**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO E LOCAÇÃO DOS MEIOS AÉREOS QUE CONSTITUEM O DISPOSITIVO AÉREO DO DECIR DE 2025 A 2027 – HEBP**”, de acordo com os requisitos técnicos e operacionais do Caderno de Encargos, para o desempenho das missões identificadas na Cláusula 4.ª do Caderno de Encargos, a adjudicar conforme quadro seguinte:

DESIGNAÇÃO	ANOS DE OPERAÇÃO	QUANTIDADE DE AERONAVES
Helicópteros Pesados – HEBP	2025, 2026 e 2027	3

2. Os serviços objeto do presente procedimento, incluem obrigatoriamente, para além das AERONAVES, as tripulações, combustíveis e outros consumíveis e serviços, e ainda os serviços de OPERAÇÃO, de GESTÃO DA CONTINUIDADE DA AERONAVEGABILIDADE e de MANUTENÇÃO, necessários à execução das missões referidas na Cláusula 4.ª do Caderno de Encargos.

3. Os serviços referidos no número anterior encontram-se incluídos no Código 60442000-8 – Serviços aéreos de combate a incêndios florestais, do vocabulário comum para os Contratos Públicos (CPV).

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

1. A ENTIDADE ADJUDICANTE é o Ministério da Defesa Nacional – Força Aérea – Gabinete Coordenador de Missão no âmbito dos Incêndios Rurais, Av. da Força Aérea Portuguesa n.º 1 – Alfragide, 2614-506 AMADORA, PORTUGAL, Tel. +351 21 472 37 29; Fax +351 21 472 38 50, E-mail: CLAFA_AQUISICOES@emfa.pt.

2. A decisão de contratar a referida aquisição de serviços, foi tomada pelo Conselho de Ministros, através da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 170/2024, de 27 de novembro, e delegou no membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional, com a



PROGRAMA

faculdade de subdelegação, os poderes para a prática de todos os atos subsequentes a realizar no âmbito da referida resolução.

3. O Ministro da Defesa Nacional subdelegou a competência nele delegada, no General Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, através do seu Despacho n.º 14453/2024, de 29 de novembro de 2024, publicado em Diário da República 2ª Série, n.º 237, de 6 de dezembro de 2024.

Artigo 3.º

Concorrentes

1. Podem apresentar propostas as entidades, nacionais ou estrangeiras, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no n.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir a forma jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, quando lhe for adjudicado o contrato.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a ENTIDADE ADJUDICANTE, pela manutenção da proposta.

Artigo 4.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a ENTIDADE ADJUDICANTE, determinada através da modalidade monofator respeitante ao preço, considerando-se mais vantajosa a PROPOSTA que apresente a pontuação global mais elevada de acordo com a seguinte fórmula:

$$PP = \% PDO + \% PHV$$

onde,

PP – Pontuação global da proposta, arredondado à quarta casa decimal (conforme a quinta casa decimal seja ≥ 5 , ou < 5 , a quarta casa é acrescida de uma unidade, ou mantida, respetivamente);

% PDO – Percentagem do preço contratual proposto pelo concorrente para o Total da Disponibilidade Operacional;

% PHV – Percentagem do preço contratual proposto pelo concorrente para o Total das HORA DE VOO.



PROGRAMA

Em que:

$$\% \text{ PDO} = 80\% - 80\% \times \left(\frac{\frac{\text{Preço contratual proposto pelo concorrente para o Total da Disponibilidade Operacional}}{\text{Preço base da Disponibilidade Operacional}}}{1} \right)^3$$

Em que:

$$\% \text{ PHV} = 20\% - 20\% \times \left(\frac{\frac{\text{Preço contratual proposto pelo concorrente para o Total das HORAS DE VOO}}{\text{Preço base das HORAS DE VOO}}}{1} \right)^3$$

2. Em caso de empate, as propostas serão ordenadas respeitando os critérios de desempate em seguida indicados e pela ordem enunciada:

- a) Valor proposto para o preço da DISPONIBILIDADE OPERACIONAL diária por AERONAVE **mais baixo**;
- b) Valor proposto para o preço da HORA DE VOO **mais baixo**;
- c) Persistindo o empate, o Júri irá proceder a um sorteio para o desempate e ordenação das propostas, notificando os concorrentes do dia, hora e local onde o mesmo se realizará, com uma antecedência mínima de 48 horas. O sorteio realizar-se-á através de extração direta de cupões com a designação dos concorrentes empatados. A extração será efetuada pelo Presidente do Júri de um recipiente opaco e fechado, onde serão previamente colocados os cupões correspondentes aos concorrentes com propostas empatadas. O cupão retirado em primeiro lugar corresponde à proposta que ficará ordenada em lugar cimeiro, e assim sucessivamente caso existam mais propostas empatadas. Este sorteio desenrolar-se-á, em formato presencial, aberto a todos os concorrentes, sendo no final lavrada respetiva ata.

SECÇÃO II

Propostas

Artigo 5.º

Apresentação de propostas

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados até às 23h59m59s do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio do presente procedimento para publicação.



PROGRAMA

2. Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela ENTIDADE ADJUDICANTE, disponível em <https://www.acingov.pt> (acinGov) e assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
3. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado no n.º 1 para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, do qual aproveitam todos os interessados.
4. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
5. Os concorrentes deverão ter em atenção o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como da respetiva assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que apenas serão admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até ao termo do prazo referido no n.º 1 do presente Artigo.

Artigo 6.º

Esclarecimentos

1. Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, até às 23h59m59s do último dia do primeiro terço do prazo fixado no n.º 1 do Artigo 5.º, do presente Programa.
2. Os pedidos devem ser solicitados, por escrito, ao Júri, através da plataforma eletrónica utilizada pela ENTIDADE ADJUDICANTE, disponível em <https://www.acingov.pt> (acinGov).
3. Os esclarecimentos devem ser prestados pelo Júri, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado no n.º 1 do Artigo 5.º do presente Programa.
4. Os esclarecimentos serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela ENTIDADE ADJUDICANTE, disponível em <https://www.acingov.pt> (acinGov) e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, passando a fazer parte integrante delas e a prevalecer sobre estas em caso de divergência.
5. Todos os interessados que tenham obtido as peças do procedimento serão imediatamente notificados dos esclarecimentos prestados, através da plataforma eletrónica utilizada pela ENTIDADE ADJUDICANTE, disponível em <https://www.acingov.pt> (acinGov).



PROGRAMA

Artigo 7.º

Erros e Omissões

1. Os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, até às 23h59m59s do último dia do primeiro terço do prazo fixado no n.º 1 do Artigo 5.º do presente Programa, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.

2. Os pedidos devem ser solicitados, por escrito, através da plataforma eletrónica utilizada pela ENTIDADE ADJUDICANTE, disponível em <https://www.acingov.pt> (acinGov).

3. Até ao fim do segundo terço do prazo fixado no n.º 1 do Artigo 5.º do presente Programa, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.

4. Todos os interessados que tenham obtido as peças do procedimento serão imediatamente notificados da decisão sobre erros e omissões, através da plataforma eletrónica utilizada pela ENTIDADE ADJUDICANTE, disponível em <http://www.acingov.pt> (acinGov).

Artigo 8.º

Proposta

1. A proposta do concorrente é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) do concorrente;
- b) Minuta de proposta, conforme Anexo I ao presente Programa, preenchida com a seguinte informação:
 - i. Preço da DISPONIBILIDADE OPERACIONAL diária por Aeronave, indicado em algarismos e por extenso;
 - ii. Preço total da DISPONIBILIDADE OPERACIONAL [para a totalidade das



PROGRAMA

AERONAVES, na totalidade do(s) PERÍODO(S) OPERACIONAL(AIS) ANUAL(AIS)], indicado em algarismos e por extenso;

iii. Preço da HORA DE VOO, indicado em algarismos e por extenso;

iv. Preço total das HORAS DE VOO [para a totalidade das horas de voo, na totalidade do(s) PERÍODO(S) OPERACIONAL(AIS) ANUAL(AIS)], indicado em algarismos e por extenso;

v. Preço global para a totalidade dos serviços [Total da proposta] para o todo o prazo de execução contratual, indicado em algarismos e por extenso.

- c) Documento elaborado pelo concorrente conforme modelo do Anexo II, que evidencie o cumprimento dos requisitos técnicos elencados no Anexo A1 do Caderno de Encargos. A demonstração de como as aeronaves propostas cumprem os referidos requisitos deve ser sustentada através de referências a informação do fabricante ou de entidade detentora do respetivo certificado de tipo da aeronave, de equipamentos e modificações;
- d) Extratos dos manuais ou documentos técnicos de entidade detentora do respetivo certificado de tipo da aeronave, de equipamentos e modificações, relevantes para a verificação dos requisitos referidos na alínea anterior, em formato digital. Os extratos dos manuais devem permitir identificar as publicações em causa, suas revisões e respetivas datas;
- e) Documento elaborado pelo concorrente com os seguintes dados:
 - i. Valor de referência do preço unitário de combustível aeronáutico (€/litro) utilizado na formulação do preço da hora de voo [PREÇO_PROP];
 - ii. Proporção do custo com o combustível aeronáutico no preço proposto para as HORAS DE VOO [PROPORÇÃO] (i.e. custo horário com o combustível aeronáutico a dividir pelo preço unitário das HORAS DE VOO);
 - iii. Valor de referência do consumo unitário de combustível da aeronave (litro/hora).
- f) Documento que faça prova do poder de representação do assinante, e da sua qualidade/capacidade para obrigar a empresa (certidão permanente, procuração ou documento equivalente), em cumprimento do disposto no n.ºs 4 e 5 do Artigo 57.º do CCP.

2. Nos documentos que constituem a proposta, o concorrente pode especificar aspetos, que



PROGRAMA

considere relevantes para a apreciação da mesma.

3. Para efeitos da apresentação do documento referido na alínea a) do n.º 1 do presente Artigo, os concorrentes devem aceder à área específica do Portal da Comissão Europeia (em <https://ec.europa.eu/tools/espd>), devendo ser selecionadas as seguintes opções:

- a) “Sou um operador económico”;
- b) “Importar um DEUCP”;
- c) “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado pela ENTIDADE ADJUDICANTE na plataforma <https://www.acingov.pt/> (ficheiro XML), preenchendo a parte que lhes diz respeito;
- d) Selecionar o país do concorrente;
- e) Preencher os campos relativos ao procedimento, avançando por todas as telas através da seleção da opção “Seguinte”;
- f) Após todos os campos estarem preenchidos, selecionar a opção “Visão geral”;
- g) Confirmar todos os dados inseridos no documento e selecionar a opção “Descarregar em”;
- h) Para concluir, guardar o ficheiro em formato .pdf, assiná-lo eletronicamente com assinatura eletrónica qualificada e submetê-lo juntamente com a proposta.

4. A proposta deve ser redigida em língua portuguesa ou, não o sendo, deve ser acompanhada de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

5. Os documentos de carácter técnico a que se refere as alíneas c) e d) do n.º 1 do presente Artigo poderão ser submetidos à apreciação em língua portuguesa ou inglesa.

6. A proposta pode ainda ser integrada por outros documentos técnicos que o concorrente apresente por os considerar relevantes para a análise da mesma, redigidos em língua inglesa, não sendo necessário que sejam acompanhados de tradução devidamente legalizada.

7. O preço, que não deve incluir o IVA, é indicado em algarismos e por extenso.

8. A proposta deve mencionar expressamente se ao preço total acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável, se aplicável, e indicado em algarismos e por extenso.

9. Nas propostas em que o espécimen monetário usado for diferente do Euro, o valor da proposta será o que resultar da conversão do espécimen monetário em questão em Euros na



PROGRAMA

cotação em vigor à data da abertura das propostas, sendo o contrato celebrado em Euros.

10. Nas propostas em que os preços apresentados sejam superiores à unidade de cêntimo, i.e. com mais do que duas casas decimais, estes montantes serão objeto de arredondamento para o cêntimo mais próximo, de forma a apresentarem apenas duas casas decimais, por excesso (caso a milésima seja ≥ 5 , o seu valor será acrescido de uma décima, por exemplo 1,005€ passa para 1,01€) ou por defeito (caso a milésima seja < 5 , o seu valor será reduzido das suas milésimas mantendo as décimas, por exemplo 1,004€ passa para 1,00€), conforme aplicável.

11. Para efeitos de aplicação do critério de adjudicação o arredondamento referido no número anterior será aplicado sobre o cálculo do preço proposto pelo concorrente para o *Total da Disponibilidade Operacional* e, sobre o cálculo do preço proposto pelo concorrente para o *Total das HORA DE VOO*, caso necessário.

12. Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante um prazo de 120 dias a contar da data limite para a sua entrega.

13. Não é admitida a apresentação de propostas que contenham alterações às cláusulas do Caderno de Encargos.

Artigo 9.º

Propostas variantes

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. Para efeitos do presente procedimento, proposta variante é aquela que, relativamente a um ou a mais aspetos do contrato a celebrar correspondentes a fatores ou subfactores de densificação do critério de adjudicação, apresenta alternativas em relação à proposta base, a qual é sempre obrigatória.

SECÇÃO III

Lista de Concorrentes

Artigo 10.º

Lista de concorrentes

1. O Júri, no dia útil imediato à data limite para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela ENTIDADE ADJUDICANTE, disponível em <http://www.acingov.pt> (acinGov).



PROGRAMA

2. Por motivo justificado, pode a publicitação da lista de concorrentes realizar-se dentro dos 5 (cinco) dias subsequentes ao indicado no número anterior, em data a determinar pelo órgão competente para a decisão.
3. A eventual alteração da data de publicitação da lista de concorrentes é imediatamente comunicada aos interessados que tenham obtido as peças do procedimento e a estas será junta cópia da decisão.
4. Os interessados que não tenham sido incluídos na lista de concorrentes podem reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicitação da lista a que se refere o n.º 1 do presente Artigo, devendo, para o efeito, apresentar documento comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.

Artigo 11.º

Consulta das propostas apresentadas

Os concorrentes incluídos na lista de concorrentes podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica utilizada pela ENTIDADE ADJUDICANTE, disponível em <http://www.acingov.pt> (acinGov).

SECÇÃO IV

Adjudicação

Artigo 12.º

Escolha do Adjudicatário

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, o órgão competente para a decisão de contratar, com base num relatório fundamentado elaborado pelo Júri e de acordo com o critério indicado no Artigo 4.º do presente Programa do Procedimento, escolhe o Adjudicatário.

SECÇÃO V

Habilitação

Artigo 13.º

Documentos de Habilitação

1. O Adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação de adjudicação, deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:



PROGRAMA

- a) Declaração emitida conforme modelo do ANEXO III a este Programa de concurso;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
 - i. Certificado de registo criminal da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais de pessoas coletivas ou pessoas singulares, conforme aplicável;
 - ii. Certidão sobre a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii. Certidão que ateste que tem a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
 - c) Certidão Permanente de Registo Comercial;
 - d) Certificado de inscrição nos registos a que se refere o anexo IX-B da Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, com todas as inscrições em vigor ou, quando o Estado de que é nacional não constar daquele anexo, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar os serviços objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis;
 - e) Certificado de Operador de Trabalho Aéreo (COTA) ou documento equivalente, na modalidade da missão a que concorre, emitido por autoridade aeronáutica nacional competente do país onde o Adjudicatário se encontre registado, e em vigor. O Adjudicatário pode socorrer-se das habilitações de subcontratado(s), mediante a apresentação de declaração através da qual este(s) se comprometa(m), incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às suas habilitações;
 - f) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, nos termos do definido no n.º 9 do Artigo 81.º do CCP.
2. Caso o(s) Adjudicatário(s) revista(m) a forma de um agrupamento, os documentos de habilitação identificados no número anterior devem ser apresentados por todos e cada um dos membros do agrupamento cuja atividade careça da sua titularidade.
3. Os documentos referidos nos números anteriores devem ser redigidos em língua



PROGRAMA

portuguesa ou inglesa ou, no caso de não o serem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada, em apenas uma destas línguas, e em relação à qual o concorrente declara aceitar a respetiva prevalência, para todos os efeitos legais, sobre os originais.

4. O Adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior através da plataforma eletrónica utilizada pela ENTIDADE ADJUDICANTE, disponível em <https://www.acingov.pt> (acinGov).

5. Quando os documentos a apresentar se encontrem disponíveis na *Internet*, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à ENTIDADE ADJUDICANTE o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que disponíveis nas línguas indicadas no parágrafo 3 deste Artigo;

6. Sempre que se detete uma irregularidade nos documentos apresentados que possa determinar a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no Artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, o Adjudicatário será notificado para a supressão dessas irregularidades, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias.

Artigo 14.º

Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação dentro do prazo e nos termos do Artigo anterior.

2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, a ENTIDADE ADJUDICANTE deve notificar o Adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

3. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao Adjudicatário, a ENTIDADE ADJUDICANTE deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional, para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

4. Nos casos previstos nos números anteriores, a ENTIDADE ADJUDICANTE deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.



PROGRAMA

SECÇÃO VI

Cauções

Artigo 15.º

Caução para garantir o cumprimento de obrigações

1. Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações que assume com essa celebração, é exigido ao Adjudicatário a prestação de uma caução, no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA.
2. O Adjudicatário deve prestar caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação de adjudicação.
3. A ENTIDADE ADJUDICANTE pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais pré-contratuais ou contratuais pelo Adjudicatário.

Artigo 16.º

Caução para garantia de adiantamentos

1. Para pagamento dos montantes que correspondam a adiantamentos do preço contratual, o Adjudicatário deve prestar uma caução por pagamentos adiantados, no valor correspondente ao montante inscrito na fatura em causa, nos termos previstos no Artigo 292.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O Adjudicatário deve prestar caução para garantia de adiantamentos na data da apresentação da fatura a que o adiantamento respeite.

Artigo 17.º

Modos de prestação

1. As cauções podem ser prestadas por depósito em dinheiro, ou em títulos emitidos, ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária, ou ainda por seguro-caução, conforme escolha do Adjudicatário.
2. O depósito de dinheiro ou títulos efetua-se em Portugal, numa instituição de crédito, à ordem do **Serviço Administrativo e Financeiro da Direção de Finanças da Força Aérea**, devendo ser especificado o fim a que se destina, mediante guia preenchida pelo Adjudicatário em conformidade com o modelo do ANEXO IV do presente Programa de Procedimento.
3. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes devem ser avaliados pelo respetivo valor



PROGRAMA

nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na Bolsa de Valores de Lisboa ficar abaixo do par, caso em que a avaliação deve ser feita em 90% dessa média.

4. Se o Adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento, elaborado em conformidade com o modelo do ANEXO V, Modelo de Garantia Bancária ou Seguro Caução, ao presente Programa de Procedimento, pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela ENTIDADE ADJUDICANTE em virtude de incumprimento das obrigações.

5. Tratando-se de seguro-caução, o Adjudicatário deve apresentar apólice, elaborada em conformidade com o modelo do ANEXO V ao presente Programa de Procedimento, pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assumo, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela ENTIDADE ADJUDICANTE em virtude de incumprimento das obrigações.

6. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da ENTIDADE ADJUDICANTE, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução, ainda que não tenha sido pago o respetivo prémio.

7. Todas as despesas derivadas da prestação das cauções são da responsabilidade do Adjudicatário.

Artigo 18.º

Não prestação de caução

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos Artigos anteriores, a caução que lhe seja exigida.

2. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

SECÇÃO VII

Contrato

Artigo 19.º

Aceitação da minuta do contrato

1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão



PROGRAMA

notifica-a ao Adjudicatário, assinalando expressamente os eventuais ajustamentos propostos.

2. A minuta do contrato e eventuais ajustamentos consideram-se aceites pelo Adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 20.º

Reclamações contra a minuta DO CONTRATO

1. São admissíveis reclamações contra a minuta apenas quando tenham por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do Artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos ou ainda, a recusa dos ajustamentos propostos.

2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o Adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

3. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo Adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 21.º

Celebração de contrato escrito

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação da caução.

2. A ENTIDADE ADJUDICANTE comunica ao Adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato.

3. Se a ENTIDADE ADJUDICANTE não celebrar o contrato no prazo fixado, pode o Adjudicatário desvincular-se da proposta, liberando-se a caução que haja sido prestada, sendo reembolsado de todas as despesas e demais encargos decorrentes da prestação da caução, sem prejuízo de direito a justa indemnização.



PROGRAMA

SECÇÃO VIII

Disposições finais

Artigo 22.º

Outros encargos

Todas as despesas derivadas da elaboração da proposta, nomeadamente as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, que engloba as decorrentes da prestação da caução, são da responsabilidade do Adjudicatário.

Artigo 23.º

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa aplica-se o regime previsto no CCP, na sua redação atual.

Artigo 24.º

Apoio técnico referente à plataforma eletrónica

Caso os interessados tenham dúvidas relativamente à utilização da plataforma eletrónica utilizada pela ENTIDADE ADJUDICANTE, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos manuais técnicos ou dos contactos disponibilizados para esse efeito em <https://www.acingov.pt> (acinGov).



ANEXO I
MINUTA DE PROPOSTA⁽¹⁾

1. [•] [nome, número de documento de identificação e morada ou, no caso de pessoa coletiva, firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], neste ato representada(s) pelo seu [•] [gerente/administrador/procurador/representante comum] [•] [nome, número de identificação fiscal e morada]⁽²⁾ tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público n.º GCMIR/5025000424/2025 “**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO E LOCAÇÃO DOS MEIOS AÉREOS QUE CONSTITUEM O DISPOSITIVO AÉREO DO DECIR DE 2025 A 2027 – HEBP**”, declara(m), sob compromisso de honra, que se obriga(m) a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara(m) aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara(m) ainda que se obriga(m) a cumprir o conteúdo do mencionado caderno de encargos, com os atributos de preço e com os custos propostos e constantes da(s) tabela(s) seguinte(s):
3. Declaram também que se submete(m), em tudo o que respeitar à execução do CONTRATO, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

[•] [Local] e [•] [data].

¹ Esta estrutura de resposta visa normalizar a apresentação das propostas pelos concorrentes, para efeitos de análise e comparação das mesmas.

² Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas ou agrupamentos de concorrentes.



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO E LOCAÇÃO DOS MEIOS AÉREOS
QUE CONSTITUEM O DISPOSITIVO AÉREO DO DECIR DE 2025 A 2027 – HEBP

PROGRAMA

Helicópteros Pesados – HEBP					
Custos da Disponibilidade Operacional (s/ IVA)					
N.º de Aeronaves	Designação	Períodos Operacionais Anuais (2025, 2026 e 2027)	N.º de Dias de Operação Total	Preço da Disponibilidade Operacional Diária por Aeronave (s/ IVA)	Preço Total da Disponibilidade Operacional (s/IVA)
3	Helicópteros Pesados – HEBP	1 de junho a 15 de outubro	411		
Custos das Horas de Voo (s/ IVA)					
N.º de Aeronaves	Designação	Períodos Operacionais Anuais (2025, 2026 e 2027)	N.º de Horas de Voo Total	Preço unitário da Hora Voo (s/IVA)	Preço Total das Horas de Voo (s/IVA)
3	Helicópteros Pesados – HEBP	1 de junho a 15 de outubro	1350		
Total da Proposta s/IVA (Preço Total da Disponibilidade Operacional (s/IVA) + Preço Total das Horas de Voo (s/IVA))					
Taxa de IVA aplicável					
Preço Total da Disponibilidade Operacional (c/IVA)					
Preço Total das Horas de Voo (c/IVA)					
Valor Total do IVA					
Total da Proposta c/IVA (Preço Total da Disponibilidade Operacional (c/IVA) + Preço Total das Horas de Voo (c/IVA))					



PROGRAMA

ANEXO II

MODELO DE EVIDÊNCIA DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS TÉCNICOS
PELAS AERONAVES

Manual / Documento			Gráfico, extratos, observações, cálculos auxiliares, descrições ou outros
Título	Pág.	Parágrafo	
Requisito 1 – Altitude de operação em pés com condições ISA +20°C			
Requisito 2 – Possuir um sistema de combate a incêndios florestais, balde transportado em carga suspensa, capacidade mínima [litros]			
Requisito 3 – Autonomia de Missão (horas:minutos)			
Requisito 4 – Largar água a uma altitude igual a 4.000 pés, transportando uma quantidade de água igual ou superior a 3.000 litros, mantendo uma autonomia igual ou superior a 2:00 hora, a ISA +20°C, cumprindo os fatores de planeamento indicados na Nota 1.			



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), Adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
 2. O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do Artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
 3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- ... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão a sua representada.

³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁴ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão a sua representada.

⁵ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do Artigo 57.º.



PROGRAMA

ANEXO IV
GUIA DE DEPÓSITO

€: -----,---

1. Vai _____
residente (ou escritório) em _____ depositar na (sede, filial,
agência ou delegação) _____ da (o)¹
_____ a _____ quantia de _____ (extenso)
_____ em dinheiro, ou
representada por _____ como caução exigida para a celebração do
contrato de fornecimento de e a instalação de _____
2. Este depósito fica à ordem de Força Aérea a quem deve ser remetido o respetivo
conhecimento.

Data: ____/____/____

(Assinatura) _____

¹ Identificação completa de qual a instituição de crédito.



PROGRAMA

ANEXO V

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA OU SEGURO CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro caução n.º _____. Em nome e a pedido de _____⁽¹⁾, vem o(a) _____⁽²⁾ pelo presente documento, prestar, a favor da Força Aérea _____ uma garantia bancária/seguro caução no valor de € _____ (por extenso) autónoma, incondicional e exigível à primeira solicitação para afiançar/caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) nos termos, e para os efeitos previstos no contrato n.º ____/____/____, para o fornecimento de _____, responsabilizando-se pela sua entrega no Serviço Administrativo e Financeiro da Direção de Finanças da Força Aérea, à primeira interpelação, caso o(s) garantido(s) não cumpra(m) pontualmente as obrigações assumidas no âmbito do referido contrato.

1. A presente garantia/seguro permanecerá em vigor por tempo indeterminado, só caducando com o consentimento expresso do beneficiário.
2. Fica bem assente que o banco/companhia de seguros garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), limitando-se a efetuar o pagamento logo que para ele seja solicitado.

Data ____/____/____

(Assinatura) _____

¹ Identificação completa do Adjudicatário individual ou de todas as entidades que compõe o agrupamento, se for o caso.

² Identificação completa da instituição garante.